

# A Igreja de Águas Santas – Contribuição para o Estudo da História e Cronologia da sua Construção

Manuel Joaquim Pinto Coelho

Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa  
manuelc@ufp.pt

## RESUMO

Datar as fases de construção dos templos românicos apresenta muitas dificuldades devido à ausência de documentação adequada, encarregando-se o tempo e as obras de ampliação/restauro de apagar os vestígios que poderiam ajudar a fazê-lo. Estes templos começaram a ser construídos na Europa por volta do século XI e em Portugal nos séculos XII e XIII, regra geral pelas Ordens Militares Religiosas, acompanhando a Reconquista Cristã e o consequente repovoamento do território.

No que se refere à igreja de Águas Santas, procurou-se datar as várias fases da construção/ampliação com base em textos documentais nas datas ou marcas, ainda visíveis, gravadas nas suas paredes, tendo sido possível identificar 6 fases. A primeira destas fases, correspondente à construção da colateral Norte que terá sido edificada antes de 1120, sobre um anterior templo visigótico e a última nos anos oitenta do século XX.

## Palavras-chave

Igrejas românicas, Águas Santas, Românico, culto Gregoriano, Ordens Militares, Ordens Religiosas.

## ABSTRACT

To date the phases of construction of the romanics temples presents a lot of difficulties due to the absence of appropriate documentation, while the time and the enlargement / restoring jobs erase the tracks that could help to do it. These temples began to be built in Europe in the century XI and in Portugal in the centuries XII and XIII, generally for the Religious Military Orders, accompanying the Christian Reconquest and the consequent repopulation of the territory. In what concerns to the Águas Santas's church, people tried to date the several phases of the construction / enlargement based in documental texts in the dates or marks, still visible, recorded in their walls, having been possible to identify 6 phases. The first of these phases, corresponding to the construction of the North collateral that will have been built before 1120, over a previous visigothic temple and the last at the eighties of the century XX.

## KEYWORDS

Romanic churches, Águas Santas, Romanic, Gregorian cult, Military Orders, Religious Orders.

## 1. INTRODUÇÃO

O Românico, sendo uma manifestação arquitectónica que aparece em Portugal no período que se seguiu à reconquista, assume a sua principal expressão a partir do início do século XII e perdura até finais do século XIII, muito embora se tenham construído muitas obras em períodos mais tardios.

No entanto, já existem manifestações a partir do final do século XI, que foram trazidas via Europa pelos monges cluniacenses, cistercienses franceses e afrancesados, que acompanharam a introdução da nova liturgia romana, da escrita carolíngia e da reforma monástica.

Segundo Almeida (1971: 68) "*O estudo da reforma monástica é muito importante para a compreensão da arquitectura da época, pois grande parte dos edifícios românicos que chegaram até nós foram igrejas monasteriais*".

Na Europa aparece mais cedo, por volta do século XI, ano 1000, e constitui o grande estilo medieval europeu.

Em Portugal acompanha o crescimento demográfico e a colonização do território que se segue à fundação da nacionalidade e à reconquista, estando na base da estrutura administrativa de organização territorial. Coincide também com as mudanças litúrgicas na religião católica com a introdução do "*culto gregoriano*".

Nesta época assiste-se a grandes avanços na agricultura, com a introdução do arado de vessadouro<sup>1</sup>, da tracção animal, do arroteamento<sup>2</sup> de terras, a utilização do estrume como fertilizante e o policultivo, permitindo maiores produções, mais rendimento para os lavradores e proprietários e crescimento demográfico devido à abundância de alimentos. Começou nesta altura o uso do regadio, o cultivo do linho, do milho-miúdo e de outras culturas.

É nesta data que aparece também uma nova rede viária, embora menos sofisticada do que a romana mas, no entanto, mais diversificada. Os caminhos eram identificados pelo nome das povoações para onde se dirigiam: "Caminho de Guimarães", "Caminho do Porto"...

Nesta época aparecem as motivações religiosas para conservação dos "caminhos" e a construção de pontes. Acreditava-se que a peregrinação era uma manifestação de grande religiosidade e de fé e por isso multiplicam-se os centros de devoção.

Aparecem novos centros de romagem e generalizam-se as feiras e os mercados que contribuem para a dinamização do comércio. Cria-se a regalia da "Paz de Feira"<sup>3</sup>. A grande mobilidade das pessoas e dos artesãos que se observa ajuda a compreender a proliferação pelo território da arte românica com semelhança de formas e de ideais.

A construção de qualquer edifício, seja ele uma igreja paroquial, de um mosteiro, de um paço ou de um castelo resultava de uma intenção determinada e amadurecida ao longo de muito tempo por uma comunidade, promotor e artífices que a construíam. (Almeida, 2001: 67-9).

Os edifícios mais importantes estão cheios de significado, o que garantia maior prestígio para quem os mandava edificar.

A arquitectura constitui ao longo dos séculos a parte da arte que tem os custos mais elevados, pela ocupação territorial, pelos recursos necessários, pelo espaço de vivência criado e pela memória social que representa. Os edifícios religiosos assumem um papel especial na arquitectura, pois, além de estarem ligadas ao local, ao ambiente natural e humano, são um testemunho histórico, assumindo um papel simbólico onde as populações revêem a dimensão do seu passado e, por isso, localizavam-se sempre em locais vividos.

A escolha do lugar para a construção dos templos não resulta fortuito e relaciona-se com a tradição, com o imaginário e com práticas do culto cemiterial anteriores ao cristianismo, que estavam na origem da santificação do lugar, assumindo, por isso, grande significado, o que leva a que uma futura reconstrução se fizesse, por princípio, no mesmo lugar (Pereira, 1995: 204-5).

A sacralização está sempre ligada à terra, sendo duradoura. Aquando da construção de uma nova igreja, a escolha do local tem em conta os espaços abençoados, isto é, aqueles que possuem água e arvoredo, os que são pres-

tigiados pelas tradições religiosas, pela sua centralidade, socialmente privilegiados ou por se encontrarem dentro da segurança do castelo.

As igrejas acompanham a ocupação do território, aparecendo integradas nas manchas humanizadas e ocupam, nas zonas sem relevo, as agras junto às veigas<sup>4</sup> e nas encostas, nas zonas de montanha<sup>5</sup>. É em torno delas que aparecem os aldeamentos agrícolas, pois elas têm por função satisfazer as necessidades anímicas e simbólicas das populações, do culto religioso, sendo essenciais para a sacralização dos rituais litúrgicos de: baptismo, casamento e morte.

Um templo Românico, quando construído com rigor, possui razoável dimensão e qualidade de construção, constituindo uma obra cara, cujo valor se desconhece por ausência de registos das despesas efectuadas.

Da análise das obras e do estudo de alguns documentos é possível concluir que alguns dos edifícios foram reduzidos em dimensão, decoração e qualidade de construção devido à falta de fundos para concretizar a intenção inicial (Almeida 2001: 68). Esta ocorrência tanto se verifica em templos de grande envergadura, como a Sé de Braga, como de pequena dimensão como a igreja do Mosteiro de Rio Mau em Vila do Conde, conforme inscrição citada por Almeida (2001: 69) "*Nela o indigno sacerdote Pedro Dias como que pede a S. Cristóvão, em honra de quem a começou, em 1151, que a ajude a concluir*". É ainda mais notória na capela de Fandinhães, na freguesia de Paços de Gaiolo, cuja construção se reduz à capela-mor do primitivo projecto que nunca foi concluído (Almeida, 1993: 14).

A difusão das técnicas de construir é importante na generalização da arquitectura românica, dado que o estaleiro de uma construção dessa época, com dimensão apreciável e construída num tempo razoável, implica uma boa organização. A construção da igreja é iniciada pela cabeceira e, logo que esta estivesse concluída, delimita-se o corpo do templo, dedica-se o altar e pode abrir-se o espaço ao culto. A parte restante da igreja inicia-se com a construção de todos os alicerces dos muros exteriores. Este procedimento construtivo está bem documentado em iluminuras medievais que mostram igrejas em construção em que se

pode ver a capela-mor totalmente construída e as paredes da nave a serem construídas aos lanços, como refere Almeida (2001: 70).

Nesta época, os estaleiros são organizados de modo a que primeiro se fizesse o aparelhamento da pedra e só de seguida o seu assentamento, demorando mais o primeiro do que o segundo. A qualidade e a rapidez de construção depende da capacidade de cortar e aparelhar a pedra em blocos de dimensões regulares, de acordo com um plano prévio, para que cada bloco pudesse ser colocado no local da obra que lhe estava destinado. A face exterior do bloco é acabada com cuidado e pode ser siglada, as quatro faces contíguas são bem quadrículadas mas acabadas de forma grosseira, a face interior mantinha-se em bruto o que ajuda o canteiro a determinar a sua posição na parede.

As siglas que se encontram no aparelho de pedra são frequentes e constituem referências de interesse histórico comparáveis aos dos selos dos ourives ou dos notários. Para além de reflectirem o prestígio do trabalho de canteiro podem ajudar a compreender o ritmo da construção, das fases da obra e do número de canteiros. Segundo Almeida (2001: 72) "*Quando possuímos um bom corpus de siglas, com boas delimitações geográficas e algumas atribuições cronológicas seguras, a história da nossa arquitectura medieval poderá ter um novo avanço*".

A pedra da região onde se encontra o edifício é habitualmente empregue na sua construção: na região Norte predomina o granito local que é empregue no aparelho das paredes, na decoração e na escultura. Nesta região apenas a igreja de Cedofeita no Porto possui dois capitéis, a igreja de Landim em Famalicão possui outros e Igreja de Paderne um friso que foram executados em calcário da região de Coimbra; na região Centro, dada a sua abundância, o calcário é o material utilizado na construção, na decoração e na escultura.

A distribuição espacial dos templos românicos é muito mais contínua e aberta do que os templos moçárabes, que possuem um ritmo mais continuado e com uma amplitude diferente. Esta modelação espacial adaptava-se melhor ao espírito mais teatral da nova liturgia romana acabada de implementar.

O aspecto exterior dos edifícios é mais cuidado, o que está patente nos arranjos dos seus portais. A arquitectura dos templos faz-se para ser admirada também do exterior, pelo que a decoração é mais abundante do que no interior.

A igreja serve para as funções litúrgicas, de que se destaca a celebração da missa. O altar é o centro de toda a cerimónia religiosa e para ele convergem todos os diferentes espaços, em hierarquia diferenciada. O espaço do coro clerical é mais nobre do que uma nave lateral, que pode ser reservada a quem tenha uma condição considerada inferior, ou seja, às mulheres.

A estrutura dos templos românicos baseia-se nos modelos de origem basilical com um corpo de uma ou mais naves, uma cabeceira e, por vezes, um transepto. Esta estrutura mostra-se adequada ao espírito da liturgia, permite o escalonamento por grau de importância dos fiéis relativamente ao altar e adapta-se bem a qualquer dimensão de templo a edificar.

Vasconcelos (1918: 17–8), a propósito da arte românica em Portugal, descreve assim os edifícios:

*Os edifícios românicos em geral, quer grandes, quer pequenos, impressionam pela sua estrutura maciça; são arcos quadrilongos, cerrados, orientados de Nascente a Poente. Paredes cheias, com mui poucas aberturas, simples frestas, que se parecem com seteiras das torres de defesa alterosas, postas às vezes ao lado da igreja. Com efeito podiam servir (e serviram) de fortalezas improvisadas, com a solidez dos seus muros de granito, compostos de silhares cuidadosamente aparelhados em fiadas horizontais. As abóbadas de volta redonda exigem paredes grossas, a que o arquitecto põe de reforço os chamados gigantes ou botaréus, que sobem quase à altura dos modilhões ou estribos da cornija. Além da entrada principal, uma ou duas laterais, bem ornamentadas todas. O campanário levanta-se sobre a empena da frontaria, às vezes com acesso exterior, por uma escada lateral de sólido granito. Telhado de duas águas e na cabeceira o remate tradicional por uma abside redonda ou quadrada, com ou sem capelas absidais, conforme as dimensões do templo, maior ou menor.*

## 2. A IGREJA DE ÁGUAS SANTAS – ESTUDO DA CRONOLOGIA DA SUA CONSTRUÇÃO

A igreja de Águas Santas constitui um exemplo singular da arquitectura românica pelo facto de apenas possuir duas naves: a nave central e a lateral Norte<sup>7</sup>. A nave principal confinava a Sul com o edifício do mosteiro até à data da sua demolição, aquando das obras de ampliação efectuadas no século XIX.

Como acontece com outros templos, a sua construção efectua-se em diversas épocas a que correspondem partes específicas da igreja.

As primeiras referências a Águas Santas datam do ano 1120 num “*breve*” do Papa Calixto II em que, descrevendo os limites do bispado do Porto, cita o mosteiro de “*Aquis Sanctis*” (Azevedo, 1939: 172).

D. Hugo, bispo do Porto, faz um acordo em 1130 com Almerigo e clérigos de Santa Maria de Águas Santas “*pro parata quac vulgo dicitur jantar*” recebendo o bispo uma propriedade que esta igreja tinha em Paramos, Feira, em troca da desobrigação do pagamento dum jantar anual por parte do prior de Águas Santas. Esta Paramos seria a que tinha sido doada por D. Teresa à igreja de Águas Santas em 1120 (Azevedo, 1939: 172–3).

Em 1186 o bispo de Viseu, D. João Pires, e o seu cabido cedem ao mosteiro dos Cónegos do Templo de Águas Santas a terça dos dízimos que lhes pertencem da igreja do Ladário, doados por D. Teresa, apenas reservando um áureo e o terço dos mortórios. Esse documento é assinado pelo prior de “*Aquis Sanctis*”, Egas e vários Cónegos do Templo. Segundo Viterbo [cit. in Azevedo, 1939: 172–3] é a prova de que o mosteiro pertencia à Ordem do Templo nessa data.

Ainda Segundo Viterbo [cit. in Azevedo, 1939: 172–3] o mosteiro de “*Santa Maria de Aquis Sanctis*” volta a ser referido na relação dos censos apensa ao Censual do Cabido do Porto no século XIII.

No reinado de Sancho II, a Ordem do Sepulcro é beneficiada com uma doação do rei no valor de 635 libras de ouro, dis-

tribuídas pelo Mosteiro 300 libras, Hospital 200 e Igreja 136, continuando do padroado real.

De acordo com o referido autor, no reinado de Afonso III, nas inquirições de 1258, são referidas como pertencentes ao “*Monasterium Aquarum Sanctarum*” as vilas de Parada, Pedrouços, Ardegães e Rebordãos, esclarecendo os inquiridos que era o rei quem abadava<sup>8</sup> o mosteiro e que Rebordãos pertencia ao couto.

Numa relação das igrejas do Porto, de 1258, de que o rei era padroeiro, consta o “*Monasterium de Aquis Sanctis*”, exibindo Frei Pedro Domingues uma carta em que D. Afonso, Conde de Bolonha, o cede à Ordem do Santo Sepulcro.

Em 1264 e 1281 são apresentados pelos reis D. Afonso e D. Dinis, como priores do mosteiro, respectivamente Frei Pedro Frei e Frei Geraldo Cristóvão.

O Monasterium de Aquis Sanctis comparticipa em 1321 com 400 libras e o seu Collegium com 100 libras para a guerra conta os mouros como consta do ánuo ou lotação das igrejas e mosteiros, segundo Viterbo (cit. in Azevedo, 1939: 172–3).

Frei Nicolau de Santa Maria refere, na sua crónica dos Cónegos de Santo Agostinho, que a igreja de Águas Santas é fundada pelos cavaleiros do Santo Sepulcro, sendo dúplice, por nele morarem cónegos e cónegas de Santo Agostinho da ordem Regrante do Santo Sepulcro e diz que a colegiada<sup>9</sup> já existia em 1130. Parece haver aqui alguma confusão, dado que em 1186 o bispo de Viseu o cede aos Cónegos do Templo de Águas Santas e não aos Cónegos de Santo Agostinho. A colegiada contudo existia como se deduz do documento de 1321 por a ela fazer referência independentemente do mosteiro à semelhança de Cedofeita.

Já Pedro Vitorino (1915: 292) citando Santa Rosa de Viterbo refere:

*“...que o mosteiro existia com moradores no ano de 1120; que dez anos depois o povoaram os cónegos de Santo Agostinho com o seu prior; que mais tarde entraram na posse dele os Cónegos do Santo Sepulcro [e não cavaleiros cuja existência entre nós nenhum documento prova] onde se intitulam do Templo e já em 1186 lá estavam; que adjun-*

*to ouve também um mosteiro ou colegiada de cónegos [1309]. Em 1551 achava-se extinto o mosteiro que foi convertido em comenda da Ordem de Malta”.*

Segundo Arroyo (1917: 75):

*“...fiquei eu observando as duas portas principais da igreja: a que olha para Poente, na frontaria, e a do lado Norte, ambas elas do estilo ogival, provavelmente contemporâneas do Mosteiro de Leça do Balio e portanto da primeira metade do século XIV”.*

E continuando:

*“Desde logo me pareceu que a capela-mor, de forma rectangular, pela imperfeição dos seus ornatos decorativos e mão-de-obra, constituía a parte mais antiga do edifício, cuja planta, atentas as suas dimensões e distribuição, teria sido mais tarde organizada e adaptada a essa construção primitiva, mas até um pouco forçadamente”.*

De acordo ainda com o referido autor “*Porventura teria esta capela-mor constituído a igreja completa dos primeiros tempos do culto cristão nesse lugar”.*

Relativamente às fases de construção do Templo diz Arroyo (1917: 83):

*“Tudo porém parece indicar que a construção ou se fez muito lentamente, ou sofreu longos períodos de descanso; porque, como disse e se vê das gravuras, a fachada principal e a torre parecem datar da primeira metade do século XIV. A porta de acesso à torre, fronteira ao absidiolo do Santíssimo, já é francamente gótica. Já também do princípio desse século deveria estar construído o recolhimento das monjas...”.*

De qualquer modo, Arroyo (1917: 87–9) não cita outras fontes para atribuir a idade das várias fases do templo a não ser uma carta, de 2 de Outubro de 1897, do Padre Castro da Cruz que paroquiava na época a vizinha freguesia de Milheiros:

*“...A igreja de Águas Santas, no concelho da Maia, é um templo de singular admiração. Brasão de respeitosa antiguidade, duma arquitectura de rústica beleza por suas colunas,*

*capitéis e paredes, bem merece que se esboce o esqueleto da sua primordial fundação, que se perde além de muitos séculos volvidos! O que foi esta igreja, o nome do seu fundador, os povos que têm passado por diante das suas paredes carcomidas, as gerações que se sucederam, as dinastias que houve durante esse tempo ninguém o poderá jamais saber ao certo! Que é de remotíssima antiguidade, atestam-no alguns dos capitéis das suas colunas e os seus emblemas..."*

*"...Para descrever as mudanças que neste vetusto edifício têm operado a lima do tempo, o gosto dos séculos e os caprichos dos homens, seria necessário dispor de grande esforço.... Consagrarei apenas algumas linhas a esta relíquia dum passado glorioso..."*

*"...é de fundação anterior à monarquia portuguesa, como parece indicar a inscrição que se deixa ver quase apagada, numa pedra embutida na parede da Capela-mor, junto a uma fresta, pelo lado exterior. Alguns traduzem a era da inscrição por 1056, e outros, com melhor razão, entendem ser 1097, sem dúvida, a época da sua última reedificação."*

*"Diz-se que foram os templários que reedificaram esta igreja antiga, que é a mesma que ainda existe com pequenas alterações feitas modernamente: Já em 1130 havia a igreja de Aguas Santas, com seu prior e colegiada; e o prior, que então era D. Armerigo, fez a 22 de Fevereiro de esse ano uma composição com o Bispo do Porto, D. Hugo II, dando-lhe um casal em Paramos (na terra da Feira) pelo jantar que era obrigado a dar-lhe todos os anos."*

*"Houve aqui um antiquíssimo mosteiro: mas ignora-se de que Ordem era e por quem foi fundado. Consta, porém, que teve princípio no século VI da era cristã. Num breve de Calixto II, de 1120, nomeiam-se todos os mosteiros que existiam no limite da diocese do Porto e que, durante o domínio dos mouros, tinham sido usurpados à igreja portuguesa; e entre eles é enumerado o de Aguas Santas, como já existindo há muitos séculos. Daqui podemos coligir que este mosteiro foi fundado ou nos fins do século V, talvez na mesma tocha do de Vaião, ou então no século seguinte."*

*"Passou a ser de cónegos e de cónegas de Santo Agostinho, chamado dúplice ou misto, com habitação separada, mas*

*para quem a igreja era comum nos actos do culto. Depois foi só de frades da mesma Ordem. Pelos anos de 1300 passou a comendatários. Tendo os cavalheiros do Santo Sepulcro (hospitaleiros) sido expulsos de Jerusalém pelos turcos, el-rei D. Afonso IV deu este mosteiro aos ditos freires, os quais aqui fundaram um famoso hospital. Foi isto pelos anos de 1340. Ainda depois de ser de hospitaleiros, tornou a ter um colégio de cruzios, cujo prior era de apresentação régia, e foi outra vez misto ou dúplice."*

*"Assim se conservou até 1492, ano em que el-rei D. João II o extinguiu, unindo-o à Ordem de Malta, de que foi comenda. Havia aqui quatro benefícios simples, que eram apresentados in solidum pelo Comendador de Malta, vivendo cada beneficiado em casas separadas com 140000 reis de renda anual. Tudo isto acabou em 1834. Junto à igreja de Águas Santas ainda há uma casa a que se dá o nome de Casa da Comenda, e o lugar próximo à mesma igreja conserva o nome de lugar do Mosteiro."*

*"A rainha D. Teresa e seu filho D. Afonso Henriques deram em 1125 ao Mosteiro de Águas Santas os coutos de S. Simão de Gouveia e do Ladário. Também D. João Pires, Bispo de Viseu e o seu cabido cederam ao dito mosteiro o terço das dízimas que lhes pertenciam da igreja do Ladário, na diocese de Viseu..."*

*"...Voltemos à igreja de Águas Santas. Aquele que visitar esta igreja não perderá o seu tempo. Merecem ver-se a sua porta principal urdida de um montão de colunas de granito, as duas portas travessas, a sua torre acastelada de ameias, as cornijas, os hieroglifos, as estreita frestas da capela-mor, e no interior as colunas, os capitéis, as arcadas. O interior do templo é composto por três naves e por um grande arco em cada nave."*

*"Modernamente se tem aqui feito obras no interior da igreja, mudando alguns altares e alargando o recinto do templo para a parte do Sul. Estes melhoramentos são devidos a iniciativa do zeloso pároco António de Ascensão e Oliveira, que começou a paroquiar em 1867. Até 1874 a igreja de Águas Santas só tinha duas naves: a principal e a da parte do Norte, de dois arcos ogivais. Por iniciativa do dito pároco, e auxiliado por uma comissão a que ele presidia, fez-se a nave*

da parte do Sul, para dar ao templo a forma simétrica que não tinha, e para maior capacidade nos actos do culto. Por essa ocasião, aqueles dois arcos ogivais da nave da parte do Norte converteram-se em um só arco grande. Nesta obra, porém, respeitou-se tanto a arquitectura antiga do templo, que ninguém, ao vê-la, dirá ser obra dos nossos dias."

"Como acontece a muitas igrejas que neste país se vêm por aí, caiadas, pintadas, estucadas (com mau gosto de manifesto vandalismo!) assim estava em 1874 a igreja de Águas Santas. Mas, então foram limpas da cal e gesso, que cobriam, as colunas, capitéis, hieroglíficos e paredes, porque não se ostentava todo o seu valor."

Na parede do lado do Sul, no interior da igreja, lê-se a seguinte inscrição:

"Elegi locum istum in domum sacrificii.,  
Liv. 2º Paralipomena,"

E em seguida estas palavras:

"A primordial fundação desta igreja de tão gloriosas recordações perde-se em a noite do passado!"

"Reedificada pelos anos de 1097, só tinha uma nave do Norte com dois arcos ogivais."

"Sendo seu pároco António de Ascensão e Oliveira, em 1874, os arcos converteram-se em um só, a tosca coluna que os sustentava ao meio foi tirada e fez-se esta nave do Sul."

Oliveira (1957: 5-7) faz várias referências à existência de Águas Santas desde datas muito recuadas, baseando-se em bibliografia, de que se destacam autores como Vitorino (1915), Arroyo (1917), Monteiro (1954) e Fronteira (1945), entre outras, e que na generalidade são coincidentes com os elementos que constam do presente texto.

Segundo este autor o interesse mais importante que encontra na Igreja de Águas Santas:

"...reside no facto de ser um templo românico de duas naves, o único, segundo julgo, existente em Portugal. Todos os que

o têm estudado tocam no assunto pela rama. Parece-me extraordinário que este problema, ..., não tenha chamado especialmente a atenção, ...os grandes pioneiros do nosso românico: Joaquim de Vasconcelos e Manuel Monteiro...".

E continua:

"A planta das igrejas românicas, dentro da multiplicidade de cânones regionais apresentava, unitariamente entre outras particularidades, a disposição simétrica das naves que, quando não se apresentavam isoladas, eram geralmente três, mais raramente cinco ou sete, mas sempre em número ímpar. A divisão em duas naves é vulgar em construções da idade média – claustros, salas capitulares, refeitórios – com separação por arcadas e cobertas por abóbadas independentes".

Afirma que as referências que conseguiu encontrar de igrejas de duas naves são reduzidas e na maior parte sem informação. Justifica com exemplos do que sucedeu em outros lugares, nomeadamente em França e cita René de Lasteyrie no tomo I da sua obra "Architecture Religieuse en France" "...todas as naves podem agrupar-se, tanto na época gótica como na românica, em duas categorias principais: as igrejas sem naves laterais, que podem ser de uma ou duas naves e as igrejas com naves laterais...".

E continua "...as igrejas de duas naves foram sempre raras e enganar-se-ia quem julgasse que elas são sempre o resultado dum plano preconcebido".

Acrescentando "...no século XV, no período de relativa prosperidade que se seguiu à Guerra dos Cem Anos, muitas igrejas foram ampliadas, mas como as naves laterais não eram começadas a construir ao mesmo tempo, muitas vezes os recursos faltavam e então ficava o templo com duas naves...".

Aponta como exemplo provável deste caso "...a igreja de Mennetou-sur-Cher, com nave do século XIII, na décima quinta centúria em parte reconstruída, sendo-lhe então acrescentada uma nave lateral a Norte...".

E como exemplo de construção inicial de duas naves, com a intenção de lhe acrescentar a terceira mal houvesse meios "... a igreja de Grezac, na Charente-Inferieur".

Fala ainda dos templos paroquiais de Heume, no Puy-de-Dôme, do século XIII e de Huiron, no Marne no século XV.

Como variante, Sante-Croix de Rovins, com nave do século XIII e uma dupla colateral do início do século XVI, ainda a Norte.

Salienta ainda "... *que é ao Norte e que depois se verá a razão*".

O autor chama a atenção que é, em geral, nos meios rurais, normalmente com meios económicos mais débeis, que se vão encontrar as igrejas de duas naves. O que não acontece com as dos Jacobinos, nos centros urbanos, onde eram assim planeadas, com o objectivo de melhorar a sua acústica para as pregações.

Segundo o autor "*Quando as duas naves são desiguais o facto curioso, tal como acontece em Águas Santas, como veremos, da lateral estar quase sempre a Norte, ou seja, do lado do Evangelho*".

E o autor interroga-se "...*se haverá uma razão litúrgica que a justifique?*". E conclui que lhe parece que sim!

E passa a justificar dizendo que a orientação dos templos é um dos vestígios que o culto pagão ao Sol deixou no cristianismo e que desde os tempos primitivos as basílicas cristãs tinham o seu grande eixo na direcção Este-Oeste.

Diz ainda que no século IV a porta principal estava voltada a Oriente e era voltado para esse lado, portanto de frente para os fiéis que o sacerdote oficiava a missa, voltado para o lugar que tinha sido o berço da fé e ao mesmo tempo donde nos vem a luz. Essa situação é alterada a partir do século V, pois a liturgia ordena que se invertesse o sentido de orientação das igrejas, colocando-se a porta a Oeste, para que os fiéis também pudessem orar voltados a Este, do mesmo modo que o padre, que passa a estar de costas para os fiéis. Costume que, segundo o autor, apenas se generaliza no Ocidente europeu e entre nós a partir do século VIII, sendo rigorosamente respeitado até ao século XV, com raras excepções e que dessa época em diante foi abandonado, pelo que a partir daí é raro encontrar uma igreja orientada.

O Evangelho, nas primitivas igrejas até ao século V e no Ocidente europeu até ao século VIII, é lido à direita dos fiéis, que é também a do altar. Desde o século V no Oriente e após o século VIII no Ocidente europeu e até à actualidade a leitura do Evangelho faz-se à esquerda dos crentes e igualmente à direita do altar, o que numa igreja orientada fica do lado Norte. Em todas as épocas o Evangelho é considerado mais digno do que a Epístola e esta conclusão advém da maior solenidade com que é recitado.

O Santíssimo Sacramento está colocado, por norma, no altar-mor, mas se por qualquer razão aí não estiver ou se tiver de ser retirado temporária ou definitivamente só pode ser levado para um altar do lado do Evangelho, ou seja à direita do altar-mor e que numa igreja orientada corresponde a um altar do lado Norte.

Segundo Oliveira (1957: 8) são quatro as razões que deram origem a igrejas de duas naves:

- Ampliação por construção de uma nave lateral para aumentar a capacidade da igreja por necessidades de culto;
- Planeamento inicial para assim permanecer temporária ou definitivamente;
- Suspensão da obra durante a construção por falta de meios para continuação da obra;
- Destruição intencional ou derrocada de uma das naves.

E continua:

*"De todas as razões apontadas a primeira é a mais frequente, temos de admitir, que na maior parte das vezes haveria a intenção de, mais tarde erguer uma nova nave, dando assim ao templo a simetria habitual; as causas económicas justificariam, na maioria dos casos este procedimento"*.

Segundo o autor a primeira nave a construir, pelas razões litúrgicas que aponta seria a do evangelho.

Para a segunda hipótese dá como exemplo a igreja dos Jacobinos, cujas plantas definitivas são de duas naves iguais.

Para a terceira hipótese e como exemplo de construção inicial temporária indica a igreja de Grezac, citada

por Lasteyrie; pode no entanto pensar-se numa igreja de duas naves desiguais sem a ideia inicial da simetria; a não conclusão seria justificada pela falta de meios; uma ruína parcial também pode justificar a ocorrência. Nas duas últimas possibilidades a nave lateral tanto pode existir do lado Norte como do lado Sul.

Oliveira (1957: 9) conclui:

*“No nosso caso foi indubitavelmente a construção adicional por exigências de culto a causa da anormalidade. Estão aqui nitidamente marcadas várias épocas de construção e as duas naves apresentam sinais francos de serem edificadas a longo intervalo. Não sei se haveria a intenção, de mais tarde construir a nave Sul, mas essa ideia foi, por certo abandonada, porque o convento confinava com a grande nave”*

E continua:

*“Sendo o absidiolo o de feitura mais arcaica, podemos admitir que ele constituiu a capela-mor da primitiva igreja. Ao ser construída a actual nave principal fizeram-no de forma que, a que então passou a ser lateral, ficasse do lado do Evangelho. Realmente, à primeira vista esta hipótese é plausível, porque os capitéis do absidiolo, tanto os exteriores com os interiores, são de fábrica pré-românica, e teriam sido reaproveitados de uma construção anterior.”*

E questiona:

*“Porque não o teriam feito ao edificar a grande nave, se esta fosse a primitiva?”*

Esclarecendo que:

*“Contra esta posição está, por exemplo, o facto da faixa bilhetada que orna externamente as paredes da abside que se encontra fragmentada a Norte, se encontrar deste lado bruscamente interrompida junto da capela lateral o que, se a construção da primeira tivesse sido posterior, por certo teria sido realizado de modo diferente”.*

O autor informa que:

*“Manuel Monteiro dá a nave lateral como consequência da ampliação sofrida pela abside”.*

Com efeito Monteiro (1954: 55–6) indica como fases prováveis da construção do templo:

- Ampliação da abside<sup>10</sup> rectangular no ano de 1168, de acordo com a indicação da epígrafe gravada na silharia da parede exterior Sul;
- Aditamento da colateral Norte, com aproveitamento de capitéis da construção pré-românica, sendo o absidiolo em hemicíclo, solução semelhante à de S. Pedro de Leiria, que o autor diz ser da mesma data e acrescento de uma torre defensiva que ficava saliente à primitiva fachada;
- Abertura de uma porta de maiores dimensões na parede Norte desta nave lateral, aumentando deste modo a iluminação interior do templo;
- Alteamento e prolongamento da grande nave, nos fins do século XIII, até à parte Poente da torre com a qual ficou alinhada com a nova frontaria e englobada no perímetro geral. O alteamento permitiu a inserção na testeira Leste da nave de uma rosácea sobre o arco triunfal e outra na frontaria Poente, para além da porta principal bem desenhada e ricamente decorada.

Oliveira (1954: 10) acrescenta:

*“As maiores deformações foram as do padre Ascensão e Oliveira que ele tão orgulhosamente mandou gravar numa lápide...”*

Quanto às quanto às modificações posteriores há ainda a salientar em 1874:

- Elevação do pavimento da igreja e a subsequente construção dos degraus que ocultam as bases da maior parte das colunas da porta principal;
- O inestético janelão da mesma fachada;
- As aberturas sineiras da torre que substituíram as frestas primitivas;
- A inarível cúpula que coroa a mesma;
- A sacristia que tapou por completo o absidiolo Norte;

Mais recentemente, nos anos 80, a Direcção Geral Monumentos Nacionais procedeu a diversas obras no templo:

- Demolição de uma parte da sacristia construída no século XIX para libertar o absidiolo circular que coroa a colateral Norte;
- Fecho da porta de comunicação da sacristia para a capela-mor e abertura de nova porta noutra localização;
- Recuperação de elementos das fachadas e coberturas;
- Demolição das paredes da colateral Sul que simulavam uma torre;
- Recuperação de pavimentos interiores;

Oliveira (1957: 11) sugere que se passe agora à parte mais interessante do exterior do monumento: a fachada Sul da abside. Refere que *“A data da sua construção está gravada nesta parede e diz-nos que na era hispânica de 1206 ou ano de Cristo 1168, segundo Pedro Azevedo, mas de 1256, ou seja, de 1218, segundo J. Fronteira”*.

Um reputado estudioso do Românico (Almeida, 1978: 177) apresenta uma cronologia para construção das diversas fases do templo que se afasta da proposta por Manuel Monteiro:

- Absidiolo circular e colateral Norte no século XII com aproveitamento dos capitéis de fábrica pré-românica;
- Abside rectangular século XIII;
- Torre de defesa no extremo da colateral Norte e nave principal até ao limite da torre, ficando esta destacada da fachada, século XIV.

Este autor ignora as obras posteriores, visto que não as considera, e bem, como pertencentes à época românica, pelo que nem sequer as refere.

Como podemos observar existem divergências entre os diversos autores relativamente às datas de construção de cada uma das fases da igreja. Essa ocorrência resulta, por um lado da falta de registos e por outro de alguma confusão da leitura e interpretação da documentação disponível, senão veja-se o que se escreveu na obra *“Tesouros Artísticos de Portugal”* (Almeida, 1980: 57).

*“... a igreja foi muito prejudicada pelas obras que lhe fizeram em 1874, durante as quais lhe acrescentaram a nave Norte...”*

E continua:

*“Na época românica, singularmente, a fachada foi franqueada por uma torre sineira rectangular, encimada por uma pirâmide com cornija de merlões assente em cachorrada...”*.

A confusão é de todo desnecessária pois relativamente à ampliação da igreja de que resultou a construção da colateral Sul até existe uma lápide que descreve as obras efectuadas, quem as mandou executar e a data da sua conclusão:

*“Elegi locum istum in domum sacrificii.”*

*Livr. 2º Paralipomena,*

*“A primordial fundação desta igreja de tão gloriosas recordações perde-se em a noite do passado!”*

*“Reedificada pelos anos de 1097, só tinha uma nave do Norte com dois arcos ogivais.*

*“Sendo seu pároco António de Ascensão e Oliveira, em 1874, os arcos converteram-se em um só, a tosca coluna que os sustentava ao meio foi tirada e fez-se esta nave do Sul.”*

Pelo que não se compreende o motivo da confusão, pois os autores da referida publicação trocaram inexplicavelmente o Sul pelo Norte e pronto!

Quanto à torre a confusão apenas se limita à construção da pirâmide que a encima e que foi construída já no século XIX ou XX. Ver os comentários de Vitorino (1915: 294) e de Oliveira (1957: 11) a propósito da cúpula de tijolo que encima a torre.

### **3. INTERPRETAÇÃO DAS FASES DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE ÁGUAS SANTAS**

A interpretação feita pelo autor do presente estudo tem em conta as informações veiculadas na bibliografia citada e as observações feitas no edifício que permitiram a elaboração de uma hipótese e conclusão que se diferenciam de certa maneira das aventadas até agora.

Embora não tenha chegado a conclusões de uma clarividência inatacável espera-se ter dado algum contributo, apresentan-

do uma nova abordagem, que se não trouxer certezas, pelo menos, abre novamente à discussão a cronologia das diversas fases de construção da Igreja de Santa Maria de Águas Santas.

A data de construção da primeira fase do templo permanecerá para sempre um mistério pois não existem quaisquer registos que permitam esclarecer este enigma. As únicas informações disponíveis referem-se a registos como uma “*breve*” do papa Calixto II do ano de 1120 e um acordo entre D. Hugo bispo do Porto e Almerigo e clérigos acerca de um jantar que o mosteiro tinha de dar anualmente ao bispo do ano de 1130.

Existem registos mais ou menos confiáveis de quem ocupou o templo ao longo das eras:

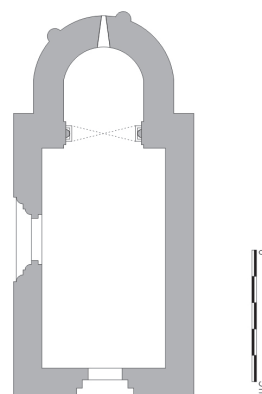
– registos da cedência, pelo bispo de Viseu, D. João Pires e o seu cabido, de parte dos dízimos da igreja do Ladário (1186), Inquirições (1258), relações de censos (século XIII), doações (1223–1245), nomeações de abades (1264–1281), relações (1258), etc. que provam quem foram os seus ocupantes ao longo dos tempos. Por eles podemos inferir que o templo já existia nessa altura, porém desconhecem-se as dimensões e as datas de construção que lhe correspondem.

Observando o edifício verifica-se que a sua construção não foi feita de uma só etapa e que ao longo dos séculos foram muitas as alterações que sofreu.

Pelas razões apontadas e tendo em conta os preceitos litúrgicos é de crer que a primeira parte da igreja a ser construída fosse o absidiolo circular e a nave que lhe fica em frente, cuja data de construção será, possivelmente anterior a 1120, uma vez que a “*breve*” do papa “Calixto II” já nessa data se referia ao mosteiro de “*Aquis Sanctis*” o que faz supor que a colateral Norte seja do século XI.

O absidiolo circular e a correspondente nave (figura nº1) são em princípio anteriores à abside rectangular, actual capela-mor, mas muito seguramente anteriores à nave principal. Esta evidência resulta da existência de pedras de remate sobre o arco do absidiolo inclinadas conforme a pendente da água da cobertura do telhado que, inicialmente, seria de duas águas e, com a construção da grande

nave, passou a ser de uma só água (foto nº1). Por outro lado, devido aos preceitos da liturgia, a primeira parte da igreja a ser construída seria a do lado do Evangelho.



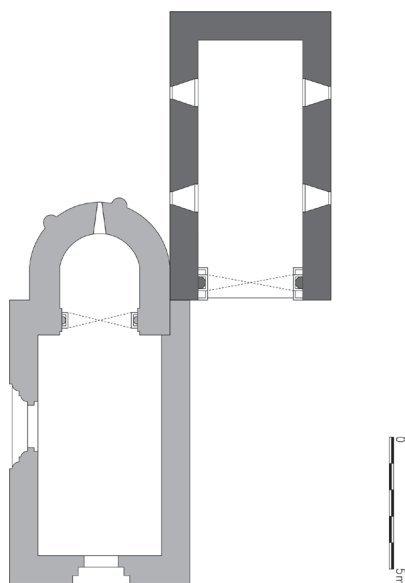
**FIGURA 1** Planta da nave colateral Norte, destacando-se o seu absidiolo em hemiciclo coberto por uma abóbada, cuja construção remonta ao século XI ou ao início do século XII

Por necessidades de culto, o templo foi ampliado, tendo sido construída no século XII, no ano de 1168, conforme a inscrição na face exterior da parede Sul, a abside rectangular, actual capela-mor, possivelmente com a intenção de posteriormente lhe se lhe acrescentar a nave central, desta forma o templo primitivo seria a nave colateral Norte.

A actual capela-mor apresenta contudo algumas particularidades que são de facto curiosas e que denotam que a sua forma presente deve resultar de uma eventual ampliação pois os silhares que constituem as suas paredes não são todos de formas paralelepípedicas regulares, mas de pedras irregulares e a sua parede Sul tem uma estranha inclinação das fiadas como se pode observar nas fotos nºs 1 e 2.

A nave principal e a torre quadrangular no topo da colateral Norte foram construídas possivelmente no século XIII ou XIV. A nave principal prolongava-se na mesma extensão da colateral Norte, isto é, até à face posterior da torre que ficava saliente relativamente ao portal Poente da nave, figura nº3. A parede Sul da nave colateral Norte foi vazada através de duas aberturas suportadas por dois arcos cir-

culares de volta perfeita, reunidos numa coluna central que os suportava.



**FIGURA 2** Planta da nave colateral Norte e da abside rectangular construída do século XII (1168 conforme inscrição existente na parede exterior Sul)

No nível do actual coro existem modilhões internos que apenas podem ser explicados pela existência de uma antiga galilé<sup>11</sup> (foto nº. 4). Para que esta galilé possa ter existido a nave principal terminava no limite posterior da torre.

Já no século XIV a nave principal foi prolongada até ao limite anterior da torre, passando a fachada principal a estar alinhada com ela, (figura nº4). São também desta altura os portais principal Poente e o lateral Norte já de estilo "ogival" como os classificou Arroyo (1917: 75) e que, segundo ele, são contemporâneos de Leça do Balio.

Foi nesta altura que deve ter sido demolida a galilé existente, dando origem ao espaço para a construção do coro que não se sabe se data desta época ou não.

O templo manteve-se sem grandes alterações na sua arquitectura até ao século XIX, data em que tiveram ori-



**FOTO 1 E 2** Aspecto do aparelho da parede que pode indicar uma ampliação da capela-mor e inclinação das fiadas da parede Sul da capela-mor e fiadas de pedra irregular no arranque da mesma



**FOTO 3** Fiadas de remate da água da cobertura, evidenciando a transformação da cobertura de duas águas num telhado de uma água

gem os maiores desmandos que Arroyo (1917) animada e irritadamente descreve em “Singularidades da Minha Terra”, figura nº5.

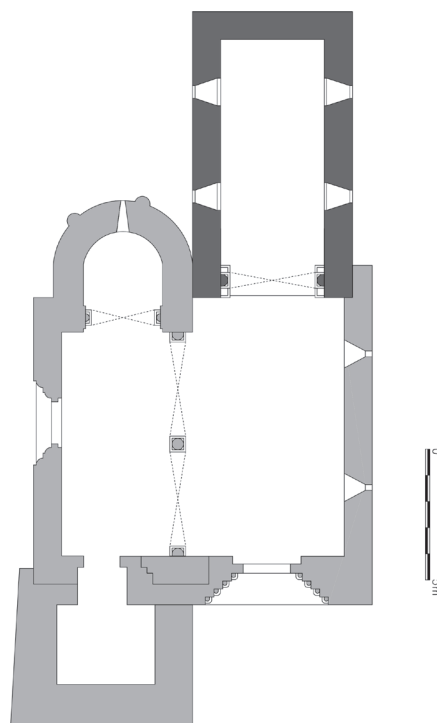
Com efeito, no século XIX, mais concretamente em 1874, conforme consta da lápide existente na parede da colateral Sul, a igreja sofreu obras de ampliação:

- Construção da sacristia que passou a ocultar o absidíolo em hemiciclo da colateral Norte;
- Construção da nave colateral Sul e respectivo absidíolo de planta rectangular;
- Simulação na sua fachada de um torreão coroado por merlões;
- Substituição dos primitivos arcos que separavam a colateral Norte da nave principal por um único arco abatido;
- Abertura de um vão na parede Sul suportado por um arco igualmente abatido;
- Construção da cúspide de tijolo que encima a torre sineira;
- Alçamento do piso do templo com a consequente colocação de degraus que ocultam as bases das colunas do portal Poente.

Estas obras são, na opinião dos vários estudiosos que escreveram sobre este templo, as que mais contribuíram para degradação da sua expressão arquitectónica original por pretenderem imitar a construção românica, recorrendo a técnicas que não lhe eram próprias. A intenção da ampliação resultou de necessidades de culto que, convenhamos, deu mais espacialidade e funcionalidade à igreja, mas prejudicou de forma irremediável o seu estilo original.

Entre 1985 e 1988 foi efectuada uma intervenção neste monumento com o objectivo de reparar diversas anomalias relacionadas com as coberturas, fachadas pavimentos interiores, entre outras, tendo-se demolido alguns elementos construídos em 1874 pelo padre Ascensão de Oliveira e que mais prejudicavam a imagem do templo. O Jornal de Notícias do Porto publicou uma extensa reportagem em 15 de Janeiro de 1988 que mostra as obras então em curso no templo. Das imagens publicadas com a reportagem podemos ver as obras em curso:

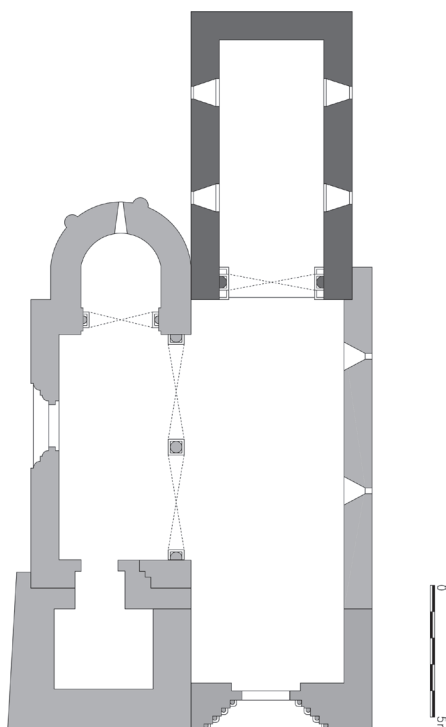
- A sacristia que foi em parte demolida para deixar visível a parede em hemiciclo do absidíolo da colateral Norte;



**FIGURA 3** Planta da nave colateral Norte, da abside rectangular construídas no século XI e XII respectivamente e da nave central e da torre construídas no século XIII ou XIV.



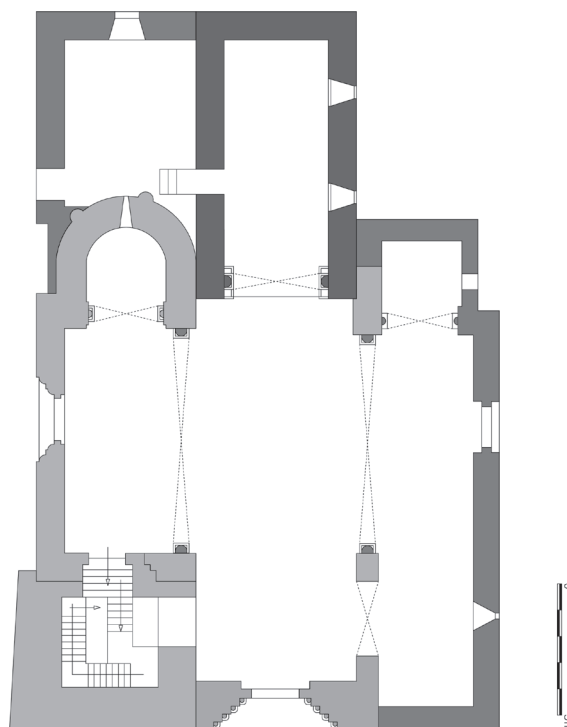
**FOTO 4** Modilhões internos ao nível do actual coro visíveis da parede da torre, que terão servido de suporte à galilé



**FIGURA 4** Planta da nave colateral Norte, da abside rectangular construídas no século XI e XII, da nave central e da torre construídas no século XIII ou XIV e do prolongamento da nave central no século XIV

- As paredes que simulavam o torreão construído no limite Poente da colateral Sul foram demolidas;
- Foram feitas reparações nas coberturas e nos pavimentos interiores;
- Foi refeita a instalação eléctrica e a iluminação interior.

No passado, alguns estudiosos, chocados com as diversas adulterações da arquitectura do templo, chegaram mesmo a elaborar gravuras com propostas para uma futura intervenção de recuperação do templo para que este voltasse à estrutura primitiva. Entre eles destacam-se Oliveira (1957: 13) que propõe para uma futura obra de restauro a imagem da figura 7 e Arroyo (1917: 76–81) conta as suas impressões quando passeando pela região visitou a igreja, a ponto de nem no texto conseguir disfarçar a sua irritação, face ao atentado à integridade arquitectónica cometida sobre o edifício românico, a ponto de contar a sua intenção de afrontar o padre Avelino Ascensão, que tinha sido o res-



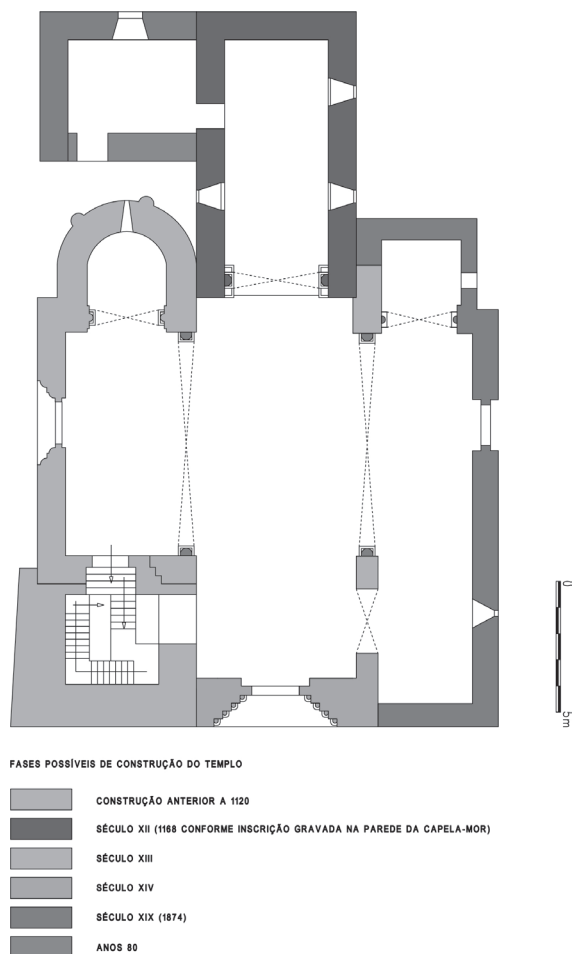
**FIGURA 5** Planta da colateral Norte, da abside rectangular do século XI e XII, da nave central e da torre do século XIII ou XIV, ampliação da nave central do século XIV e nave colateral Sul do século XIX

ponsável pelas alterações, que este autor considerava as que mais tinham prejudicado a sua expressão e linguagem arquitectónica.

#### 4. CONCLUSÕES

No presente trabalho abordam-se as primeiras manifestações arquitectónicas que se enquadram no estilo românico, os fenómenos que lhe estão subjacentes no que se refere à temporalidade, às origens, às influências, ao contexto socio-político da época, a sua importância em termos de consolidação e povoamento do território, as motivações religiosas, o imaginário, a tradição e a influência dos cultos anteriores ao cristianismo.

No sentido de determinar os contextos histórico-temporais, relativos à construção do templo em estudo, são

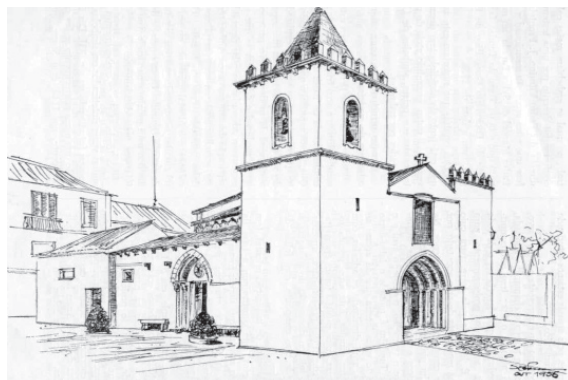


**FIGURA 6** Planta do estado actual após a intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais

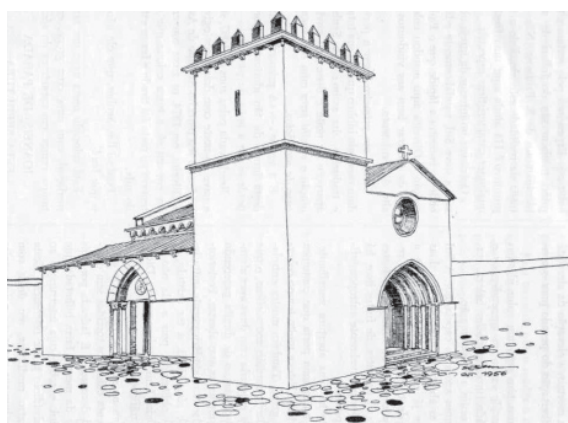
também referidos os documentos dessa época que com ele estão relacionados, directa ou indirectamente, e também os elementos, que possam estabelecer alguma relação com outras manifestações, que lhe tenham sido contemporâneas e que permitam datar o edifício.

São também abordadas questões relacionadas com a prática litúrgica e com as tradições de culto, que permitem a formulação das hipóteses a comprovar através das conclusões esplanadas neste trabalho.

A exploração e visitas ao templo foram essenciais para a compreensão da sua estrutura e testagem das hipóteses



**FIGURA 7** Igreja de Águas Santas antes da intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais segundo Oliveira (1957: 13)



**FIGURA 8** Proposta para um possível restauro da igreja segundo Oliveira (1957: 17)

formuladas, bem como para a dedução das conclusões a que se chegou, servindo também para compreender os pontos de vista dos vários estudiosos que escreveram sobre este edifício no sentido de o compreender melhor.

Os elementos disponíveis, apesar da extensa bibliografia, não permitem a efectiva datação cronológica das várias fases de construção e as melhores aproximações conseguidas resumem-se a: uma inscrição existente num silhar da parede Sul da capela-mor que aponta como sendo 1168 o ano da sua construção; uma lápide colocada na parede da colateral Sul que refere o ano de 1874 como sendo o da sua última ampliação, bem como da construção dos arcos

abatidos que separam as naves colaterais da nave principal da igreja; uma reportagem do Jornal de Notícias do Porto datada de 15 de Janeiro de 1988 e alguma correspondência trocada entre a Junta da Freguesia de Águas Santas e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção de Serviços Regional de Monumentos do Norte, datada de 20 de Janeiro de 1984 e 9 de Janeiro de 1985, respectivamente, e que são essenciais para se fazer uma ideia das obras então efectuadas.

Conclui-se também que a bibliografia citada no presente trabalho utilizou, regra geral, as mesmas fontes, ou seja, utilizou documentos que apenas referem a existência de Águas Santas e do seu Mosteiro em determinadas épocas, sem contudo esclarecerem qual o património arquitectónico aí existente nessas mesmas datas. Por outro lado, quase todas as datas apontadas não possuem qualquer suporte, bibliográfico, documental ou registo nos silhares do edifício que possa esclarecer as épocas de construção das diferentes fases do edifício.

As únicas datas credíveis e que estão devidamente documentadas são as que se referem à existência do Mosteiro como a “*breve*” de Calixto II de 1120, o acordo celebrado por D. Hugo, bispo do Porto de 1130 e o prior do Mosteiro, a cedência de dízimos da Igreja do Ladário pelo bispo de Viseu, D. João Pires, em 1186, as inquirições de 1258, as doações no reinado de D. Sancho II, as relações das igrejas do Porto de 1258 entre outras, mas que não fazem quaisquer referências às datas de construção do templo.

As datações, como vimos, apenas podem ser feitas com base em suposições, que permitem propor as datas prováveis para as diversas fases de construção identificadas e que, com razoável probabilidade, poderão aproximar-se da realidade.

Nesse contexto consideram-se como épocas prováveis para a construção da igreja de Santa Maria de Águas Santas as que se indicam na figura nº6 e que passam a descrever-se:

- Colateral Norte – Anterior a 1120;
- Capela-mor – Século XII (1168 conforme inscrição gravada na parede);

- Torre e nave central – Século XIII;
- Ampliação da nave central – Século XIV;
- Colateral Sul e sacristia – Século XIX;
- Obras de conservação e demolição de parte da sacristia (anos 80 do século XX)

## FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

Este trabalho não pode ser considerado terminado pois as conclusões a que se chegou não são definitivas, ficando por responder a maior parte das dúvidas por falta de material bibliográfico e documental suficiente.

Através de uma investigação de outras fontes ainda não consultadas e de documentação que não foi ainda possível obter, bem como do recurso a métodos de investigação arqueológica, que possam fornecer espólio ou vestígios, que permitam estabelecer relações entre este edifício e outros análogos da mesma época, poder-se-ia avançar mais no conhecimento da história e cronologia deste invulgar testemunho de um passado longínquo e por certo glorioso.

Essa tarefa terá de ser adiada para um outro tempo, em que seja possível conciliar a disponibilidade e a oportunidade de uma intervenção mais profunda no edifício, que permita uma investigação sistemática e esclarecimento das dúvidas e incertezas existentes sobre a história e a cronologia da construção do templo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1971). Primeiras Impressões Sobre a Arquitectura Românica Portuguesa. In: *Revista da Faculdade de Letras – Série História*./II. Porto, Universidade do Porto.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1978). *Arquitectura Românica Entre Douro e Minho*. Tese de Doutoramento. Porto, Faculdade de Letras do Porto.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, [dir] (1980). *Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa, Selecções do Reader’s Digest.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1993). *O Românico*. "História da Arte em Portugal"/3. Lisboa, Publicações Alfa.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (2001). O Românico. In: "História da Arte em Portugal". Lisboa, Editorial Presença.

Arroyo, António (1917). *Singularidades da Minha Terra (na Arte e na Mística)*. Porto, Renascença Portuguesa.

Azevedo, Agostinho de (1939). *A Terra da Maia* (Subsídio para a sua Monografia)/1. Câmara Municipal da Maia.

Fronteira, J (1945). Monumentos Românicos. In: O Tripeiro – V Série, nºs 1 e 2.

Monteiro, Manuel (1954). *Igrejas Medievais do Porto*. Porto, Marques de Abreu-Editor.

Oliveira, Sousa (1957). *Santa Maria de Águas Santas – Igreja de duas Naves*. Porto.

Pereira, Paulo, Dir. (1995). Da Pré-história ao <<Modo>> Gótico. In: "História de Arte Portuguesa"/1. Lisboa, Círculo de Leitores.

Vasconcelos, Joaquim (1918). *Arte Românica em Portugal*. Reeditada em (1992). Lisboa, Publicações D. Quixote.

Vitorino, Pedro (1915). Águas Santas. In: *O Archeólogo Português/XX*. Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 292–7.

## NOTAS DE RODAPÉ

**1** Arado de lavar a terra.

**2** Desbravamento da terra para ser cultivada.

**3** Suspensão temporária dos desentendimentos entre populações durante estes eventos.

**4** Caso do mosteiro de Pombeiro, construído no meio das melhores terras agrícolas.

**5** Caso da igreja de S. Pedro das Águias, construído encostado às fragas.

**7** O facto de se ter construído no século XIX uma nave colateral Sul, com técnicas semelhantes às utilizadas pelo Românico, não faz com que essa ampliação também seja Românica. Trata-se, antes de mais, da adulteração do edifício.

**8** Nomear o abade.

**9** Corporação de eclesiásticos que, com a obrigação de ofício coral, se dedicam ao culto numa igreja.

**10** A fazer fé no que diz Manuel Monteiro, a abside rectangular já existia em 1168 e que a ampliação referida mais não era do que a construção da nave principal.

**11** Galeria à frente do portal de uma igreja, normalmente constituída por arcadas. Em alguns casos pode chegar a ocupar toda a fachada principal ou mesmo acompanhar as fachadas laterais, podendo ter dois andares.